

2

Breve Contextualização Histórica do Conceito de Homossexualidade

Quando Alfred Kinsey ([1948] 1998) publicou seu estudo clássico *Sexual Behavior in the Human Male* em 1948, sua tese era que os seres humanos variam sexualmente de uma maneira inclassificável: a variação é uma realidade da natureza e não um desvio em relação a uma norma estabelecida. Assim, os conceitos dos quais nos utilizamos para classificar indivíduos e coisas não são *realidades-em-si*, mas antes construções históricas. A *essência* é uma ilusão porque tudo depende do contexto, da prática. Desta forma, não existem fatos *em si*, mas só fatos sob determinadas descrições: cada fato tem a identidade que a descrição dá.

As pessoas do sexo masculino não são divididas em duas populações descontínuas: os heterossexuais, de um lado, e os homossexuais, de outro. O mundo não está dividido em bons e maus. (...) A natureza, como nos ensina este princípio da taxonomia, procede raramente por categorias descontínuas. Só o espírito humano inventa categorias e se esforça por fazer corresponder os fatos a escaninhos separados. O mundo do ser vivo é, integralmente, um *continuum* em seus menores aspectos. Quanto mais cedo compreendermos que este princípio rege o comportamento sexual do homem, mais cedo chegaremos a uma compreensão sadia das realidades do sexo. (Kinsey citado por Costa, 1995a: 14-15)

De acordo com Heilborn (1996), nenhum dos termos aplicados ao sujeito ou à sexualidade correspondem a *realidades permanentes*, fora do contexto histórico em que são definidos. Assim sendo, a *homossexualidade* não é uma essência que possa ser apreendida através de métodos científicos, filosóficos ou analíticos. A idéia de homossexualidade é historicamente datada, pois depende da noção de sexualidade, que é igualmente moderna (Foucault, [1976] 1999). Quando falamos de homossexualidade, devemos estar atentos para o fato de que este termo não designa uma realidade em si, mas uma coisa que é produto do vocabulário moral da modernidade: o conceito de *homossexual* é tão histórico e socialmente construído como qualquer outro termo.

Greenberg (1988), que partilha da visão acima, menciona que em oposição a esta argumentação encontram-se os teóricos *essencialistas*, afirmando que a homossexualidade é uma *realidade* trans-histórica e trans-cultural invariante. De acordo com este tipo de pensamento, em todas as sociedades humanas existiriam fatos que reconhecemos como sendo relações sexuais entre parceiros do mesmo sexo. Todas as sociedades construiriam heterossexualidades e homossexualidades, e pretender negar isto seria o mesmo que dizer que não sabemos distinguir entre pessoas de sexos diferentes. O problema com este tipo de concepção é acreditar que os gregos antigos ou povos de outras sociedades (tais como os *Sambia*, uma tribo da Nova Guiné), partilham nossas convicções morais, científicas, religiosas e estéticas sobre o que é sexo. É justamente a preocupação moderna com a homossexualidade que nos impulsiona a buscar uma essência do homossexual em realidades sócio-históricas completamente distintas da nossa. Assim, com relação à homossexualidade, vemos que termos como *sexo*, *sexualidade*, *heterossexual* e *homossexual*, não existem independentemente da linguagem que os criou. Não há como manter a idéia de uma homossexualidade natural e trans-histórica, com base no suposto imperativo biológico da divisão cromossômica de sexos, porque nossas crenças atuais sobre a *realidade* das diferenças de sexos foram construídas nos séculos XVIII e XIX.

Só a partir daquela época, tornou-se possível imaginar que os seres humanos são “natural e originariamente divididos em dois sexos”, e, então, dar sentido a termos como homossexualidade, heterossexualidade, “pessoas do mesmo sexo” e “pessoas do sexo oposto”. (Costa, 1995a: 18)

A *realidade* da homossexualidade não é auto-evidente, colocamos o *sexo* como fora da história, mas nada na *realidade* corresponde a ele. Assim, para Foucault ([1976] 1999), a palavra *sexo* agrupou, de forma artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres. *Homossexualidade* e *heterossexualidade* seriam meras identidades sócio-culturais que condicionam nossas maneiras de viver, sentir, pensar, amar, sofrer etc., e não uma lei universal da diferença de sexos. Conseqüentemente, o homossexual não é alguém que existe ou sempre existiu independente do hábito cultural e descritivo que o criou. Desta forma, Costa (1992) propõe que os conceitos *homossexualidade* e *homossexualismo* sejam substituídos pelo termo

homoerotismo.⁴ Este autor emprega a palavra *homoerotismo* referindo-se à possibilidade que certos sujeitos têm de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente com outros do mesmo sexo biológico. Palavras como *homossexualidade* e, particularmente, *homossexualismo*, estariam carregadas de preconceito, pois remeteriam ao vocabulário científico-moral dos séculos XVIII e XIX que deu origem à idéia de *homossexual*. O conceito *homoerotismo*, por outro lado, seria uma noção mais flexível e que descreveria melhor a pluralidade das práticas ou desejos de determinados sujeitos. Assim sendo, excluiria qualquer alusão a desvio, anormalidade ou perversão que fariam parte do substantivo *homossexual*. De acordo com este autor, o termo *homoerotismo* negaria “a idéia de que existe algo como uma ‘substância homossexual’ orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas” (Costa, 1992: 22), o que vai de encontro ao conceito de identidade homossexual.

Não obstante esta contribuição, rejeitamos a utilização do conceito de *homoerotismo* por acreditar que ele conduz à invisibilidade do componente sexual da homossexualidade, ao mesmo tempo em que nega a existência de uma identidade gay, um dos aspectos centrais da nossa postura teórica e que será discutido em profundidade adiante. Almeida Neto (1999), também critica o conceito de *homoerotismo* por razões semelhantes, desconstruindo um a um os argumentos de Costa (1992) e terminando por concluir que este conceito pouco consegue fugir da idéia de identidade homossexual. Assim sendo, ao longo desta tese privilegiaremos os termos *homossexualidade*, *homossexual* e *gay*, estes dois últimos sendo considerados sinônimos. O conceito *homossexualismo* não será utilizado porque o sufixo “ismo” nos remete, freqüentemente, à categoria de patologia.

De acordo com Sedgwick (1990), não existe uma *essência* da sexualidade: existem apenas coisas e eventos que a linguagem ordinária concorda em chamar de *sexo*. Assim, o costume de falar de *sexo* como algo imediatamente percebido vem da idéia de que o sentido das palavras encontra-se na realidade ou na natureza das coisas que ela designa, isto é, a palavra *sexo* representaria a realidade *sexo*. O que selecionamos como essência da palavra *sexo* depende dos objetivos visados, sejam estes os da linguagem ordinária ou os da linguagem científica. Na

⁴ O termo *homoerotismo* foi cunhado por F. Karsh-Haak em 1911 e utilizado neste mesmo ano por Sandor Ferenczi ([1914] 1970).

sociedade contemporânea, esta palavra possuiria duas características fundamentais: a de que sexo é algo separado das condutas sexuais dos sujeitos, e a de que o ser humano é dividido naturalmente em dois: o sexo do homem e o sexo da mulher. Acreditamos que, devido às leis biológicas, homens e mulheres são absolutamente distintos do ponto de vista sexual, mas esta concepção de sexo baseada na teoria da bissexualidade original é um produto histórico relativamente recente. Ao que parece, é justamente o conceito de *bissexualidade* que fundamenta a idéia de *heterossexualidade* e *homossexualidade*.

No Ocidente, até o século XVIII, a sexualidade era imaginada com a ajuda de elementos neoplatônicos, isto é, os fenômenos do universo eram vistos como signos aparentes de formas essenciais. A relação entre os fenômenos era a expressão de correspondências que confirmavam a harmonia do mundo e a repetição dos mesmos arquétipos em realidades distintas. Assim, a concepção científica de sexualidade era a do *one-sex model*: a mulher era entendida como sendo um homem invertido e inferior. Invertido porque se considerava que o útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina um pênis. Inferior porque no modelo metafísico ideal do corpo humano o grau de perfeição era alcançado pelo homem. Desta forma, do ponto de vista científico só havia um sexo, cuja realização máxima se traduzia no corpo do homem (Laqueur, [1992] 2001). Isto não significava que mulheres e homens fossem confundidos: eles distinguiam-se por outros critérios que não o sexual. A diferença entre homens e mulheres era percebida (na medida em que cada um ocupava posições sociais e culturais distintas), mas não explicada pela diferença originária de sexos. O que atualmente chamamos de sexo era a palavra usada para designar os órgãos reprodutores.

No final do século XVIII e início do século XIX, a revolução burguesa e o Iluminismo mudam a realidade social e com ela a percepção médico-científica da anatomia da mulher. A partir do surgimento de uma nova ordem política as diferenças entre homens e mulheres começam a ser pensadas em termos de oposição, fazendo aparecer o *two-sex model*, isto é, agora parte-se do princípio de que existe um dimorfismo radical e original da sexualidade. Os sexos são diferentes em todos os aspectos concebíveis: corpo, alma, físico e moral. Como nos aponta o autor acima, as novas formas de interpretar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento científico específico: “só houve

interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre o homem e a mulher, quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes” (Laqueur, [1992] 2001: 21).

A reinterpretação dos corpos humanos segundo a teoria da bissexualidade original foi, ao que parece, uma solução exigida pelos problemas político-ideológicos postos pela revolução burguesa. O sexo da divisão bipolar passa agora a justificar e impor diferenças morais aos comportamentos *femininos* e *masculinos*, segundo as exigências da sociedade burguesa, capitalista e individualista (Albuquerque, 1987). No antigo regime, as mulheres eram consideradas desiguais e inferiores aos homens; com o Iluminismo e a revolução burguesa a mulher tornou-se, a princípio, igual ao homem perante a lei, pois todos eram seres racionais.

O problema dessa teoria (*do contrato social*) era como legitimar como “natural” o mundo real de domínio do homem sobre a mulher, de paixão sexual e ciúmes, de divisão sexual no trabalho e de práticas culturais geralmente advindas de um estado original de ausência de gênero. (Laqueur, [1992] 2001: 244; parênteses nossos)

O dilema foi resolvido fundando a diferença social e cultural dos sexos numa biologia da incomensurabilidade: uma nova construção da natureza justificou o que de outra forma seriam práticas sociais indefensáveis. Em outras palavras, devido a uma incômoda igualdade jurídico-política entre homens e mulheres, optou-se por marcar os corpos com a diferença de sexos, instaurando a desigualdade e a oposição. A teoria científica da bissexualidade nascia, assim, do interesse de filósofos, moralistas e políticos de encontrarem um critério natural para justificar a inferioridade político-jurídico-moral da mulher.

Um outro ponto importante diz respeito ao conflito entre as esferas do público e do privado. O Estado burguês pretendia respeitar a liberdade dos cidadãos, mas o que se colocava era até que ponto isto era possível. Segundo este mesmo autor, a solução para o impasse foi transformar a mulher em signo da fragilidade da vida privada e da família, enquanto o homem se manteria na esfera do público e da política. A biologia feminina começa a ser usada, a partir de então, como marca da incapacidade da mulher para desempenhos na vida pública e como sinal da vocação natural para os cuidados da casa e dos filhos. Um outro motivo para a redescrição físico-sexual da mulher foi o lugar ocupado por esta

dentro da nova ordem político-econômica burguesa: a mulher devia procriar para reproduzir a população e, conseqüentemente, a força de trabalho. A família tornava-se, deste modo, a célula do Estado burguês.

Greenberg (1988) adota um raciocínio semelhante quando postula que a preservação da dominação do homem, face às aspirações igualitárias das mulheres, dependia do fato do homem possuir qualidades que o diferenciava claramente da mulher. Conseqüentemente, tornou-se necessário policiar homens que não tivessem estas qualidades, assim como mulheres que as apresentassem: a dominação do *macho* dependia do repúdio à feminilidade. Tal como mencionado acima, inicialmente foram filósofos e moralistas que decretaram a diferença sexual entre homens e mulheres; o pensamento científico veio avaliar o que a ideologia já estabelecera. A *política científica da sexualidade* passa então a diferenciar o corpo feminino em três níveis distintos: os ossos, os nervos e o prazer sexual.

Devido à sua estrutura óssea (craniana e pelviana) e à sua constituição nervosa (mais sensível e sugestível), a mulher se encontrava naturalmente qualificada para as atividades domésticas e desqualificada para a vida pública. Com relação ao prazer sexual, no momento em que o orgasmo se dissocia da reprodução, a mulher é chamada a dispensar o prazer e voltar-se para a família e a procriação. O homem, por outro lado, devido à sua força física e moral, passa a ter o papel de protetor; ele é ativo enquanto a mulher é passiva. Ressaltamos aqui o fato de que esta última concepção da diferença sexual, isto é, homens como ativos e mulheres como passivas, se estendeu pelos séculos XVIII, XIX e XX, perdurando até os dias de hoje. De acordo com as teorias expostas em Catonné (1992), o encéfalo impunha esta distinção, determinando uma superioridade intelectual do homem e uma superioridade afetiva da mulher, assinalando a cada sexo um estatuto social diferente. Surgia, a partir da distinção radical entre homens e mulheres, a definitiva sexualização da diferença dos gêneros masculino e feminino. Com a bissexualização dos corpos, o passo seguinte foi a bissexualização do psiquismo. No *one-sex model*, a mulher era um homem invertido e inferior, no entanto, importante para a reprodução da espécie humana. Quando a mulher se torna o inverso complementar do homem, no *two-sex model*, a categoria de inversão (agora como algo anti-natural e perverso), passa a designar o homossexual.

Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresenta um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sensual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. (Costa, 1995a: 129)

O homossexual, junto com outros “perversos”, começa a ser rigorosamente estudado pela ciência; ele e as mulheres históricas são vistos como uma grave ameaça à família, à raça e à sociedade (Foucault, [1976] 1999). Os sujeitos passam a ser divididos, a partir deste momento, em heterossexuais e homossexuais, categorias inviáveis antes da construção da diferença sexual original entre homens e mulheres. De acordo com Barcelos (1998), toda a polivalência da sexualidade humana submeteu-se, assim, à categorias dualistas extremamente rígidas, tais como *mulher e homem, heterossexual e homossexual, certo e errado, normal e anormal*.

O homossexual será alinhado aos velhos libidinosos, celibatários, sífilíticos e libertinos, como a anti-norma paroxística da figura do homem-pai. Desde então, a feminilidade do homossexual vai ser afirmada, a despeito de qualquer contra-exemplo empírico ou de qualquer incongruência conceitual. Ele tinha que “ser feminino”, pois, não sendo feminino, não tinha como ser “invertido”. O homossexual tornou-se a prova teórica do *two-sex model* político-moral. Sem ele, a demonstração de que existe um sexo, diferente de sua divisão anatômica em dois sexos, ficaria mais difícil de ser mostrada. Nele, estava a prova viva de que “o sexo” da mulher pode habitar o corpo de um homem. Todos os invertidos mostravam isto; todos os invertidos eram a prova disto. (Costa, 1995a: 129)

Com a utilização dos conceitos de *instinto sexual, degeneração e evolucionismo*, a ciência médica do século XIX estava pronta para justificar teoricamente a moral burguesa (Maya, 2003). A partir do século XIX, a influência da linguagem científica sobre a linguagem ordinária teria contribuído decisivamente para o sucesso das ideologias sexuais. De fato, boa parte das idéias atuais que mantemos sobre sexualidade devem-se ao prestígio da ciência no imaginário social. Assim, a homossexualidade será inicialmente definida como uma perversão do instinto sexual causada pela degenerescência de seus portadores e, depois, como um atraso evolutivo ou retardamento psíquico, que se manifestava pelo funcionamento feminino do homem (Greenberg, 1988). Surgia a *família dos degenerados instintivos* (qualquer indivíduo que apresentasse condutas subversivas à ordem moral da sociedade), e dela, nossas crenças sexuais

“civilizadas”. O degenerado era intelectualmente degradado porque a ideologia das Luzes não podia aceitar que homens racionais apresentassem condutas e desejos que negassem os interesses sociais. Os homossexuais passaram a ser comparados a homicidas, criminosos, viciados, doentes venéreos, suicidas, prostitutas, alcoólicos e doentes mentais. Assim, estudar o homossexual junto com suas “patologias instintuais” torna-se indispensável a partir do momento em que o sexo, sua norma e seus desvios, se transformam em elementos política e socialmente relevantes.

O preconceito sexual parece ter sido um produto da ideologia evolucionista posta a serviço da sociedade burguesa do século XIX. O conceito de *instinto sexual*, agora diretamente ligado à palavra *sexo*, reforçou este imaginário. Se o instinto sexual tinha uma finalidade única, o que fugia a esta finalidade podia ser definido como um desvio ou perversão da meta “natural”. O normal e o anormal em matéria de condutas sexuais tornaram-se, assim, idéias concebíveis: a “naturalidade” do instinto sexual passa a se referir às relações sexuais entre homens e mulheres, com vistas à reprodução biológica e à manutenção da família nuclear burguesa. Inicia-se, desta forma, a *invenção do homossexual*, aliado a movimentos em busca do fator específico da homossexualidade (Badinter, 1992). A psiquiatria, por sua vez, vai progressivamente definindo a *personalidade do homossexual* como uma personalidade patológica especial. O homossexual não era apenas invertido no que dizia respeito ao desvio sexual dos objetivos instintivos: ele era sentimental e psicologicamente invertido porque se comportava de maneira *feminina*.

De acordo com Costa (1995a), a idéia de uma *personalidade homossexual* com traços psíquicos típicos não era uma realidade natural ou biológica, mas uma realidade lingüística do século XIX. O que nós chamamos de *homossexual* nasceu, assim, de esforços da ficção médica e literária. O homossexual passou a ser definido como tendo uma personalidade fundamentalmente feminina: era impressionável e gostava de coisas fúteis. Por outro lado, o termo *sexo* havia ampliado sua extensão. Havia agora dois sexos: um anatômico e outro psíquico.

Segundo Badinter (1992) e Ariès (1985), antes do século XVIII os homossexuais eram descritos pela Igreja como *sodomitas*⁵, uma categoria bastante ampla que incluía contatos sexuais (não necessariamente anais) entre homens, homens e animais, ou homens e mulheres, desafiando a reprodução. A sodomia era proibida por motivos religiosos e, incluída na lista dos pecados graves, era comumente chamada de *pecado mudo* ou *vício abominável*. Greenberg (1988) aponta aqui para uma idéia bastante importante: o que definia o sodomita eram os seus comportamentos “monstruosos”, não sua inclinação (isto é, *heterossexual* ou *homossexual*). Assim, o indivíduo que possuía um desejo de praticar sodomia mas não o fazia, não era considerado um sodomita. Da mesma forma, aquele que abandonasse o *vício abominável*, deixava, igualmente, de ser taxado de *sodomita*. Em outras palavras, a categoria era definida pelo ato, não pelo indivíduo que o praticasse. O *sodomita* não possuía, tal como aconteceria mais tarde com o *homossexual*, uma fisiologia ou psicologia particular. No século XVIII a homossexualidade se laiciza, perdendo sua referência bíblica, e passa a ser chamada de *pederastia*⁶ ou *infâmia*. Torna-se agora pecado contra o Estado, a ordem e a natureza. No entanto, a homossexualidade continua a ser considerada uma aberração temporária, uma confusão da natureza, nunca sendo descrita como uma identidade específica.

No século XVIII e até meados do século XIX, o termo corrente para designar sujeitos homossexuais era a palavra *invertido*⁷; o conceito *homossexualidade* (junto com seus derivados) só viria a ser cunhado algumas décadas depois. Trevisan (2000) afirma que em 1862 um jurista alemão de nome Karl Heinrich Ulrichs inventou a palavra *uranismo*⁸ para se referir à homossexualidade. Segundo Mott (2000c), a palavra *homossexualidade*⁹ propriamente dita só teria sido criada em 1869, pelo jornalista e advogado

⁵ De acordo com Torres (2004), o termo *sodomita* surge como uma referência à história bíblica da destruição da cidade de Sodoma e Gomorra.

⁶ Este termo deriva da palavra grega *paidierastia*, onde *paidos* significa “criança” ou “menino”, e *erastes* significa “amante”. Podemos dizer, brevemente, que a pederastia era uma prática comum na antiguidade (principalmente entre os gregos), onde um homem adulto, colocado na posição de “mentor”, se relacionava sexualmente com um rapaz mais jovem (Greenberg, 1988; Spencer, [1995] 1999).

⁷ De acordo com Badinter (1992) “invertido” associa-se a “efeminado”, portador de uma inversão sexual.

⁸ *Uranismo* seria um termo derivado de Afrodite Urânia, a musa que no discurso de Pausânias no *Banquete* de Platão, representava o amor entre homens (Platão, [360 a.C.] 1972).

⁹ A palavra *homossexualidade* é derivada do grego, onde *homos* significa “semelhante”.

húngaro Karol Maria Kertbeny. Para proteger sua pessoa e conferir maior respeitabilidade à defesa dos homossexuais, Kertbeny usou o pseudônimo de Dr. Benkert, embora nunca tivesse sido médico.¹⁰ Importante ressaltar que tanto Ulrichs quanto Kertbeny acreditavam que a homossexualidade era uma condição inata que se manifestava através de impulsos e desejos. Apesar de neste momento histórico terem surgido alguns autores favoráveis à livre expressão da homossexualidade, apresentando esta orientação sexual de forma mais positiva aos olhos da época, os discursos, na sua maior parte, estavam carregados de preconceito.

Pode-se dizer, assim, que a invenção da palavra *homossexual* altera a idéia que se faz destes indivíduos. “A criação de uma palavra corresponde, neste caso, à criação de uma essência, de uma doença psíquica e de um mal social.” (Badinter, 1992: 102). Começa a caça aos homossexuais, que interessam cada vez mais à polícia, aos juizes e à medicina. A “espécie” homossexual era coerente, homogênea e apresentava características físicas originais (Ariès, 1985). Os médicos podiam detectar os homossexuais através de duas evidências: uma física (a dos estigmas que provocavam deformidades específicas no pênis ou no ânus, adquiridas pelo uso) e outra moral (que os impelia ao vício, podendo contaminar elementos sadios da população). Paralelamente, a noção de homossexualidade surgida na medicina oitocentista foi sendo integrada à psicologia e à psiquiatria, e o homossexual passou a ser explicado como um produto das histórias individuais.

O homossexual do século XIX tornou-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. (...) ... agora o homossexual é uma espécie. (Foucault, [1976] 1999: 43-44)

Transformado em espécie, o homossexual passa a ser objeto de estudo da medicina e da psicologia, que começam a elaborar, a partir da segunda metade do século XIX, diversas teorias sobre a gênese e, conseqüentemente, sobre a “cura” da homossexualidade. Propôs-se, em primeiro lugar, a abstinência forçada,

¹⁰Diversos autores discordam da versão proposta por Mott (2000c) da invenção do termo *homossexual*, sobretudo no que se refere à profissão e ao nome real de seu criador (Badinter, 1992; Greenberg, 1988). Os dados levantados por Mott (2000c), no entanto, parecem ser os mais historicamente corretos em vistas de recentes descobertas nesta área.

baseada na concepção de que o homossexual buscava exclusivamente o prazer sexual em sua vida amorosa. Posteriormente, as atenções se voltaram para a hipnose como uma possibilidade de levar os homossexuais a desejarem sexualmente as mulheres.

De acordo com Bullough (1974), foi Carl Westphal, um professor de psiquiatria de Berlin, o primeiro cientista a colocar o estudo da homossexualidade em um patamar científico, ao publicar o caso clínico de uma mulher homossexual em 1869. Denominando sua condição de “sentimentos sexuais contrários” ele concluiu que sua anormalidade era congênita ao invés de adquirida. Westphal passa, então, a estudar mais de 200 casos deste tipo, desenvolvendo uma classificação da variedade de comportamentos associados com a homossexualidade.

Na França, Charcot também concluiu que a homossexualidade era herdada, depois de falhar em curar pacientes através da hipnose (Bayer, 1987). Para Moreau, colega de Charcot, a homossexualidade era resultado de uma “fraqueza constitucional” herdada e de “forças ambientais” (Bullough, 1974). Um dos maiores estudiosos do desvio sexual nesta época foi von Krafft-Ebing ([1886] 1999), cujo tratado monumental, *Psychopathia Sexualis*, teve um enorme impacto na opinião da homossexualidade como sendo derivada, simultaneamente, de fatores hereditários e adquiridos. César Lombroso, o criminologista italiano, argumentava, por sua vez, que os homossexuais representavam um estágio de desenvolvimento mais baixo do que o dos heterossexuais, mas como não podiam ser responsabilizados pelo seu fracasso, sua punição não era justificada. Não obstante, segundo Lombroso, deveriam ser restringidos a asilos, devido ao perigo que representavam para a sociedade (Bayer, 1987).

Durante este período, Karl Heinrich Ulrichs, o jurista alemão inventor do termo *uranismo*, foi um dos maiores defensores dos homossexuais, afirmando que a homossexualidade era uma anomalia hereditária. Para Ulrichs, os genitais dos homossexuais se desenvolviam apropriadamente, mas o mesmo não ocorria com seu cérebro, o que fazia com que uma alma feminina pudesse habitar o corpo de um homem (Svensson, 2003). Importante ressaltar, mais uma vez, que a crença de que os homossexuais possuem identidades e papéis de gênero discordantes do seu sexo biológico perdura até os dias de hoje.

As idéias de Ulrichs anteciparam as de Havelock Ellis ([1922] 2001), cujo trabalho, *Inversão Sexual*, procurava demonstrar que a homossexualidade era inata e, portanto, natural. As idéias de Ellis ([1922] 2001) são, neste sentido, muito interessantes, pois dois de seus três postulados principais são, até os dias de hoje, aceitos como verdadeiros pela população leiga. Este autor acreditava, por exemplo, que a homossexualidade com frequência possuía um histórico familiar; que muitos gays e lésbicas teriam apresentado comportamentos atípicos para seu gênero quando crianças; e que o desejo homossexual pareceria, em muitos casos, surgir espontaneamente, sem ter sido ensinado, discutido ou observado pela criança (Pillard, 1996). Não obstante estes postulados terem sido sistematicamente estudados por teóricos que trabalham com homossexualidade, o único que foi cientificamente comprovado até o presente momento foi a teoria de que homossexuais apresentam graus mais baixos de conformidade a seu papel de gênero do que crianças da mesma idade. Estes estudos serão analisados em detalhe mais adiante, quando estivermos discutindo o tema da conjugalidade homossexual. Por último, o alemão Magnus Hirschfeld (1936), um grande defensor dos direitos homossexuais, também acreditava que a homossexualidade não era patológica, mas resultado de características inatas determinadas por secreções glandulares (Svensson, 2003).

Importante lembrar que a investigação das “causas” biológicas da homossexualidade não é um fenômeno recente, estando presente na história da humanidade desde a Grécia Antiga. No século XX, no entanto, a literatura médica se apropriou da hipótese da homossexualidade determinada biologicamente, o que gerou uma série de tentativas cirúrgicas e hormonais que visavam transformar homossexuais em heterossexuais (Greenberg 1988). Como exemplos, podemos dizer que a primeira tentativa de curar a homossexualidade com cirurgia foi realizada por Steinach, em 1917 (Schmidt, 1984). O procedimento foi descrito como a hemi-castração de um homossexual masculino, juntamente com um transplante de tecido testicular de um doador heterossexual. A hipótese era de que o transplante de um tecido testicular “saudável” e “normal” de um indivíduo heterossexual facilitaria a mudança de orientação sexual, conseqüentemente levando a um casamento satisfatório e à possibilidade de ter filhos. Doze homens foram submetidos a esta cirurgia, mas o experimento foi, naturalmente, um fracasso. Mais tarde, em 1962, Roeder introduziu, na Alemanha, uma nova técnica

cirúrgica que provocava uma lesão no lado direito do cérebro do indivíduo homossexual, novamente sem obter qualquer sucesso (Schmidt & Schorsch, 1981). A manipulação de hormônios sexuais, por sua vez, estava baseada na idéia de que determinados indivíduos teriam interesses homossexuais porque não possuíam níveis apropriados de hormônios masculinos ou femininos (Forstein, 2001). Ironicamente, a técnica de dar hormônios masculinos para homens gays não fez com que estes sujeitos mudassem sua orientação, mas foi bem sucedida em aumentar a intensidade do desejo homossexual dos indivíduos.

Tal como visto acima, nos últimos 150 anos diversos estudiosos se posicionaram a favor de uma origem biológica ou inata da orientação sexual (Pillard, 1996). Não obstante a relevância do assunto, assim como o grande número de pesquisas feitas nesta área, não nos aprofundaremos no tema das teorias biológicas sobre a homossexualidade por este não constituir o cerne do nosso trabalho. Frisamos, mais uma vez, que esta tese não visa discutir as *causas* da homossexualidade, mas sim compreender de que modo as vivências pessoais destes indivíduos são afetadas pelo preconceito contra homossexuais existente na nossa sociedade. Ressaltamos, apenas, que, nas últimas décadas, a concepção de que a homossexualidade é uma condição relativamente estável, possivelmente inata, característica de uma minoria da população com gostos sexuais excludentes, vem ganhando cada dia mais atenção dentro da comunidade científica. Mais recentemente, os esforços têm se concentrado na investigação da influência de aspectos genéticos, hormonais (estudando-se hormônios ou feromônios), cerebrais (através da análise de determinadas regiões do cérebro), prenatais, ecológicos (cujas hipóteses estão baseadas na Teoria Evolucionista), infecciosas (relacionada com a exposição a vírus ou bactérias) e imunes (Herculano-Houzel, 2006; Rosario, 1997; Small, 1996). Importante lembrar, no entanto, que apesar da ênfase destes estudos nos componentes biológicos da orientação sexual, grande parte dos pesquisadores postula que fatores ambientais também são fundamentais no desenvolvimento de uma orientação sexual específica, o que nos faz pensar em um modelo biopsicosocial da gênese da homossexualidade. A hipótese corrente é de que existiriam diversas formas de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, com múltiplas origens biológicas que interagiriam com fatores ambientais distintos para determinar a orientação sexual do sujeito (Svensson, 2003).

Por último, tal como será discutido mais adiante, a idéia de que a homossexualidade possui uma origem biológica tende a favorecer a diminuição do preconceito contra este setor da população. No entanto, o efeito oposto também é possível: as descobertas podem ser usadas para tentar modificar a orientação sexual (futura ou presente) de determinados indivíduos, utilizando, por exemplo, terapia genética, ou fazendo aborto de fetos que poderiam vir a se tornar homossexuais quando adultos. Não obstante este perigo, as teorias biológicas são amplamente apoiadas por diversos setores da população homossexual¹¹ (Fausto-Sterling, 2000), que acreditam que a descoberta de causas inatas para a homossexualidade normalizaria esta orientação sexual perante os olhos da sociedade, reduziria o número de indivíduos que acreditam na eficácia das terapias de conversão¹² e mudaria a crença de que a homossexualidade é uma “opção” sexual escolhida por indivíduos com problemas morais ou de caráter. De acordo com este raciocínio, a aceitação de explicações biológicas também reduziria os estereótipos de que a homossexualidade é “contagiosa” ou pode ser “ensinada”, pois não se poderia “pegar” ou “aprender” um traço genético (Bohan, 1996). Situação contrária ocorre com as terapias de conversão, que estão baseadas na premissa central de que a homossexualidade não é inata e, portanto, pode ser modificada. De interesse é a forma como ambos grupos têm lidado com este tema controverso: enquanto o movimento gay evita discutir o assunto, indivíduos que praticam terapia de conversão tentam desacreditar os resultados de estudos que apontam para possíveis causas biológicas da homossexualidade (Besen, 2003).

Com relação ao Brasil, Green (1999) aponta para o fato de que a patologização da homossexualidade no país, iniciada no fim do século XIX, caminha em paralelo com o processo na Europa, descrito acima. A crescente visibilidade da homossexualidade masculina (sobretudo dos homossexuais considerados “efeminados”) esteve diretamente relacionada com o aumento no número de trabalhos escritos sobre esse tema por médicos, criminologistas e juristas. Estes, por sua vez, fundamentaram seu pensamento na teoria de gênero

¹¹ Wilson (1999) nos alerta para o perigo de achar que a simples descoberta de uma origem biológica para a homossexualidade reduziria o preconceito contra este setor da população, lembrando que na sociedade ocidental contemporânea negros e mulheres continuam sendo discriminados.

¹² Denominamos *terapia de conversão* qualquer intervenção ou processo que vise facilitar a mudança de uma orientação homossexual para uma orientação heterossexual (Ford, 2001). Este tema será analisado detalhadamente em um capítulo separado.

corrente na sociedade brasileira que dividia os homens em *homens verdadeiros* (ativos e penetradores) e *bichas* (passivos e efeminados). A homossexualidade confundia as noções de papéis de gênero “apropriados”, tal como era concebida pelos médicos e criminologistas. Por este motivo, a profissão médica, as instituições legais e psiquiátricas, a família, a Igreja e a sociedade como um todo juntaram esforços para estudar e combater (leia-se, “curar”) a homossexualidade, considerada uma perversão e um desvio orgânico, causada por desequilíbrios hormonais (Fry & MacRae, 1983). Deste modo, quando não eram presos (o que acontecia sobretudo com indivíduos de classe baixa ou pele escura), os homossexuais eram confinados em instituições psiquiátricas, onde sofriam “tratamentos médico-pedagógicos”. Como nos aponta Del Priore (2005), estes tratamentos incluíam transplante de testículos (descrito anteriormente) e convulsoterapia, procedimento no qual se administrava uma injeção de insulina para curar o que se considerava um comportamento esquizofrênico. Segundo Trevisan (2000), havia ainda aqueles que propunham a criação de uma instituição que abrigasse exclusivamente homossexuais, com o intuito de que o Estado pudesse melhor resolver esse “problema social”. Vale lembrar que estes escritos médico-legais e morais a respeito da homossexualidade foram rapidamente popularizados através de manuais sexuais, atingindo uma ampla parcela da sociedade brasileira.

Concluimos este capítulo lembrando que a partir do século XIX a sexualidade tornou-se a chave da individualidade, constituindo-a e permitindo sua análise. O discurso médico, por sua vez, transformou os *comportamentos sexuais* em *identidades sexuais* e o sexo tornou-se a última verdade do ser. Heilborn (1996) segue este mesmo raciocínio, postulando que na cultura ocidental contemporânea a identidade sexual tornou-se uma das dimensões centrais da identidade social dos indivíduos. Daí a importância que atribuímos à sexualidade, o temor que sentimos em relação a ela e nossa insistência em esquadrihá-la. A sexualidade que poderia representar a diversidade, acabou por se converter em um destino aprisionante, particularmente para aqueles que, tal como os homossexuais, apresentam uma sexualidade considerada “desviante”.